



Comunicação e desenvolvimento regional

Monica Franchi Carniello¹
Moacir José dos Santos²

Resumo

As relações entre desenvolvimento e comunicação foram prenunciadas por Schramm em um contexto da comunicação de massa. Com a reconfiguração do sistema midiático global em função da tecnologia comunicacional digital, torna-se necessário apresentar reflexões sobre as relações entre comunicação e desenvolvimento no contexto da comunicação digital. Com abordagem exploratória, o texto analisa as funções da comunicação propostas pelo autor - vigilância; política; e educação - para o cenário midiático pautado nas mídias sociais digitais estruturadas em rede.

Palavras-chave: comunicação de massa; tecnologia comunicacional mídias sociais

Communication and regional development

Abstract

Recebimento: 8/1/2013 • Aceite: 15/3/2013

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil; Pesquisadora bolsista da FUNADESP- Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mídias sociais: tendências e desafios da comunicação em rede" (nº projeto: 5500264). E-mail: monicafcarniello@gmail.com

² Doutor em História (UNESP), professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, Centro, Taubaté, SP, Brasil; professor do Módulo Centro Universitário, Caraguatatuba, SP, Brasil E-mail: santos.mj@ig.com.br

The relations between development and communication were foreshadowed by Schramm in a context of mass communication. With the reconfiguration of the global media system due to the digital communication technology, it becomes necessary to present considerations on the relations between communication and development in the context of digital communications. With exploratory approach, the paper analyzes the functions of communication proposed by the author - surveillance, policy, and education - for the guided media landscape social media digital structured network.

Keywords: mass communication, technology communication social media

Introdução

Os estudos de desenvolvimento regional demandam, necessariamente, uma perspectiva interdisciplinar. A contribuição das distintas áreas do conhecimento foi se delineando paulatinamente, consolidando conceitualmente os paradigmas que pautam os estudos de desenvolvimento regional contemporâneos, superando a inicial disciplinaridade da Economia, área de gênese das discussões sobre o desenvolvimento em âmbito acadêmico. Sem minimizar a representatividade dessa área, reconhecendo até mesmo a impossibilidade de se pensar desenvolvimento regional sem a perspectiva econômica, os ângulos de reflexão foram se ampliando e extrapolando os limites de um único campo do conhecimento. Para exemplificar, Dallabrida (2011) aponta como a questão cultural foi incorporada gradativamente nas discussões sobre desenvolvimento, atentando, no entanto, para a superação de uma perspectiva determinista ao apresentar escolas de pensamento distintas que validam a variável cultura como interveniente nos processos de desenvolvimento.

Observa-se uma significativa ampliação do debate sobre o desenvolvimento sob o caleidoscópio proporcionado com a interdisciplinaridade. Tal deslocamento propiciou a percepção do desenvolvimento como um processo complexo, sujeito a variáveis históricas relacionadas à cultura, a economia, ao território e às relações sociais. A compreensão do desenvolvimento como correspondente a organização da sociedade implica a necessidade de conceituá-lo como complexo, múltiplo e dinâmico, pois a superação da ótica exclusivamente econômica impõe dois desafios. O primeiro é compreender as implicações conceituais e metodológicas do desenvolvimento enquanto processo histórico relacionado às variáveis acima citadas, pois se trata de mensurar e significar os vínculos entre economia, história, cultura, território e sociedade. E para pautar esse esforço, o segundo desafio consiste em discutir disciplinarmente como cada área do conhecimento aborda a temática do desenvolvimento. Deste modo, torna-se plausível a investigação dos aspectos interdisciplinares que caracterizam a complexidade do desenvolvimento enquanto processo histórico sem negligenciar as contribuições particulares a cada área do conhecimento a ele vinculada.

O cenário acadêmico contemporâneo, no que tange ao desenvolvimento, constitui um mosaico que exige dos pesquisadores relacionados à sua investigação uma compreensão aguda da sua

complexidade, limites e clivagens. Assim, o desenvolvimento é conceituado como desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento econômico regional, desenvolvimento econômico regional sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento local sustentável e outras denominações produzidas com a especialização do debate sobre o tema com a ampliação da interdisciplinaridade e, até mesmo, embora não constitua o espoco do presente trabalho, da transdisciplinaridade.

Não constitui objetivo deste ensaio discutir a pertinência das designações acima destacadas, e sim observar que o campo epistemológico relacionado ao desenvolvimento está em construção, o que exige dos pesquisadores relacionados à temática o esforço em contribuir com sua conceituação a partir da formação disciplinar. Essa constatação justifica a realização da reflexão quanto a relação entre a área de Comunicação Social, um foco mais específico ainda do escopo sociocultural de uma sociedade, e os estudos acerca do Desenvolvimento Regional, propósito desse ensaio. Aparentemente, e sob a perspectiva do senso comum, as interfaces podem parecer frágeis, no entanto há uma estreita relação entre as áreas. Cabe ressaltar que uma das marcas que caracterizam a revolução tecnológica do século XX é o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que impactaram sobre os processos sociais, a organização dos sistemas produtivos, as formas de se ler e registrar informação e, portanto, sob a concepção conceitual e a prática da organização da sociedade, e portanto, do que se entende por desenvolvimento.

Tal observação foi apontada em obra original de 1964 por Wilbur Schramm, que publicou um livro, com apoio da Unesco, intitulado Comunicação de Massa e Desenvolvimento. As relações entre comunicação e desenvolvimento regional foram prenunciadas por Leber (apud SCHRAMM, 1970), no entanto, Schramm pode ser considerado um marco acadêmico por explorar de maneira categórica o assunto. A partir do pensamento de Schramm, serão desenvolvidos os argumentos desse ensaio, de maneira a refletir sobre as relações entre Comunicação e Desenvolvimento. Esse aporte relaciona-se a necessidade de se contribuir conceitualmente para a caracterização epistemológica do desenvolvimento, ao distinguir entre contribuições disciplinares, interdisciplinaridade e a complexidade da sua historicidade.

Dines (1970), ao prefaciá-lo o livro de Schramm (1970, p.19), exalta "o manancial inesgotável que a comunicação oferece para o

desenvolvimento de um país a partir do momento em que ela for posta a serviço da motivação de uma comunidade para o progresso". Ressalta-se a relação comunicação de massa e educação, ainda frágil nas discussões acadêmicas na época em que o livro foi publicado. Entretanto, tal fragilidade não compromete a assertividade de Schramm ao perceber que modernidade provoca a emergência de novas formas de organização social, cujas implicações instigam a realização de investigações aptas a desvendar o significado destas mudanças. Destaca-se, sob esse prisma, a possibilidade de debater como efetivar o desenvolvimento enquanto justiça social e não simples crescimento da riqueza. Schramm percebe na interdisciplinaridade entre comunicação e desenvolvimento a possibilidade de elaborar formas de intervenção compatíveis com as mudanças históricas a ela relacionadas. A constatação de Schramm corresponde à complexidade das sociedades inseridas na hipermodernidade, cuja característica reside no eixo temporal baseado no presente e na qual é preciso inovar sem parar em um a sociedade marcada pela esfera da comunicação e do consumo. (LIPOVETSKY, 2004).

Urbanização, industrialização e a reorganização da vida econômica, entre outros aspectos, evidenciam como a modernidade é dinâmica, complexa e densa. O modelo urbano como local de acolhimento à industrialização; o adensamento da rede de transportes em escala global; o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a estruturação de uma rede mundial de computadores, ao mesmo que potencializaram a ação humana, tornaram a sociedade mais complexa. (SANTOS & CARNIELLO, 2011, p. 287).

O pensamento de Schramm contextualiza-se em um ambiente marcado pela comunicação de massa. Nas últimas décadas do século XX, o cenário midiático global foi radicalmente alterado com a emergência e difusão da tecnologia digital, que possibilitou uma transição da comunicação de massa para a comunicação estruturada em rede. Tal contexto demanda uma atualização do pensamento sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento a partir de um cenário midiático completamente reconfigurado. É a que se propõe esse ensaio: a partir da obra de Schramm, apresentar reflexões sobre as relações

entre comunicação e desenvolvimento no contexto da comunicação digital.

Para tal, o texto, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, foi estruturado a partir da divisão capitular do livro de Schramm, adaptando-a para delinear as seguintes seções: do significado humano do subdesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável; o papel da informação no desenvolvimento.

Do significado humano do subdesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento é historicamente recente e adquire visibilidade no campo acadêmico após a Segunda Guerra Mundial. O termo subdesenvolvimento, atualmente superado por estar nitidamente relacionado a uma perspectiva linear e evolucionista do mundo, no qual alguns países eram atrasados em relação a outros, foi mencionado por Schramm (1970, p.33). "[...] 'subdesenvolvido' não é um termo pejorativo. Significa apenas que o crescimento econômico (e as mudanças sociais que devem acompanhar o crescimento econômico) ainda não ultrapassou determinado ponto" (SCHRAMM, 1970, p.33).

A observação de Schramm ressalta a tensão resultante da ambiguidade do termo desenvolvimento. Sob o prisma das políticas públicas, especialmente quanto à promoção da qualidade de vida, ao acesso à educação, a saúde, a moradia e ao bem estar de maneira geral, o termo desenvolvimento é plenamente justificado. Entretanto, limitar o debate sobre o desenvolvimento a tais premissas é insuficiente em razão de que os próprios critérios que definem qualidade de vida são historicamente definidos. Tal dificuldade implica a constante alteração dos parâmetros relacionados à mensuração da qualidade de vida e não obstante faz-se necessário reconhecer que a esses termos tem comprometimento ideológico em razão do contexto histórico em que são elaborados.

O primeiro momento de debate explícito acerca do desenvolvimento, entendido como a extensão das conquistas materiais ao conjunto da população, ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial. A realização de políticas públicas relacionadas à efetivação do desenvolvimento corresponde a dois fatores distintos naquele contexto histórico. O primeiro derivou do sucesso da política econômica anti-crise, adotada após 1929, em âmbito internacional e baseada em ideias heterodoxas cuja principal expressão intelectual foi o economista britânico John Maynard Keynes. No cenário econômico recessivo do início da década de 1930, as tradicionais soluções de corte liberal não

alcançaram eficiência. A intervenção do Estado como agente regulador e planejador da atividade econômica, impensável antes de 1929, constituiu a estratégia mais eficaz para a superação da crise econômica. O sucesso da abordagem heterodoxa afirmou uma nova perspectiva quanto à efetivação da política econômica, entendida a partir daquele momento, como voltada a garantir simultaneamente o crescimento econômico e o combate aos desequilíbrios capitalistas que provocam as crises econômicas. A experiência de planejamento econômico durante a Segunda Guerra Mundial preparou toda uma geração de economistas, administradores e políticos para a aplicação eficiente dos mecanismos de regulação econômica necessária à preservação da economia capitalista.

A experiência adquirida quanto ao planejamento econômico correspondente ao combate aos efeitos da crise econômica de 1929 e as lides da Segunda Guerra Mundial alcançou relevo com a política norte-americana efetivada no pós-guerra em relação à Europa Ocidental (HOBSBAWM, 1995). Com a derrota da Alemanha, os territórios liberados por Estados Unidos e União Soviética tornaram-se áreas de influência das respectivas superpotências. Deste modo, o leste europeu constitui zona de exercício do poder e liderança soviética, enquanto o oeste europeu experimentou a liderança norte-americana. Essa divisão respeitava os acordos firmados na Conferência de Teerã, em 1943, que estabeleciam as áreas de influência das superpotências no futuro pós-guerra. Entretanto, o papel relevante do Exército Vermelho na guerra de desgaste que destruiu os exércitos nazistas no leste europeu, possibilitando a vitória de modo mais rápido na frente ocidental e também a liderança dos comunistas na resistência à ocupação nazista, como na França e na Grécia, tornaram os partidos comunistas populares na área de influência americana. O prestígio dos comunistas, no início da Guerra Fria, preocupava os norte-americanos. O cenário de crise econômica, resultante da destruição material e de vidas humanas, efetivado durante o conflito, provocava temor quanto à vitória em eleições ou mesmo revoluções lideradas pelos comunistas. A memória quanto à contribuição da crise internacional de 1929 para a ascensão de regimes autoritários e totalitários em escala mundial ainda era recente, particularmente quanto a Adolf Hitler. Urgia, sob a perspectiva norte-americana, agir para evitar a repetição do cenário, especialmente quanto à perda de regimes aliados na Europa Ocidental.

O Plano Marshall consistiu na resposta norte-americana as ameaças que esse cenário apresentava. Durante vários anos foram disponibilizados recursos para os países da Europa Ocidental que

integraram o plano. Ao todo o governo norte-americano disponibilizou para os Estados participantes 13 bilhões de dólares, que em valor atualizado supera 130 bilhões de dólares (JUDT, 2008). O Plano Marshall favoreceu a recuperação econômica dos principais países europeus, favorecendo um longo ciclo de crescimento econômico, que durou até o início da década de 1970, quando a crise do petróleo e as mudanças cambiais promovidas com o rompimento do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos provocou uma nova crise econômica em escala mundial.

A associação entre as medidas heterodoxas aplicadas a política econômica pós 1929 e também no espectro da Segunda Guerra Mundial com o Plano Marshall, provocou a constituição do debate sobre o desenvolvimento enquanto elevação da qualidade de vida da população. O Estado de bem estar social tornou-se um modelo mundial em razão do sucesso que vários países europeus lograram em simultaneamente promover o crescimento econômico e a distribuição da riqueza produzida entre a população, elevando o nível de vida mediante a melhora dos indicadores relacionados à educação, saúde, moradia, acesso ao trabalho digno e lazer. O modelo da Europa ocidental tornou-se parâmetro de desenvolvimento. Mundialmente estruturou-se um debate sobre como se alcançar o desenvolvimento. Políticos e pesquisadores de diversas áreas, bem como as respectivas populações passaram a entender o desenvolvimento como uma premissa social, política e econômica.

Porém, esse debate suscita duas questões. Primeiro como alcançar o desenvolvimento. A resposta a essa indagação, naquele momento, parecia repousar na efetivação da industrialização e do correspondente crescimento econômico. Ainda não era evidente para os contemporâneos do pós-guerra que crescimento não corresponde a desenvolvimento.

Os termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico são utilizados com muita frequência nos estudos acadêmicos em várias áreas do conhecimento como a economia, a história e a geografia. Também são comuns na mídia e na política, principalmente nos discursos de candidatos a cargos eletivos. Porém, tanto no âmbito acadêmico quanto externo a atividade de pesquisa há confusão em relação ao uso dos conceitos desenvolvimento econômico,

crescimento econômico e desenvolvimento social (...). O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classificá-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. (VIEIRA & SANTOS, 2012, p. 347-348).

A observação acima exposta torna evidente a necessidade de se evitar a confusão entre os conceitos desenvolvimento econômico, crescimento econômico e desenvolvimento enquanto processo social global. No contexto histórico do pós Segunda Guerra Mundial essas distinções não eram evidentes, mas o avanço do Estado de bem estar social popularizava a expectativa sobre a possibilidade real de se distribuir melhor a riqueza.

A segunda questão remete exatamente ao que se define como desenvolvimento, afinal, as conquistas atribuídas ao Estado de bem estar social situam-se em relação a um modelo político e econômico inserido em uma ordem mundial capitalista cuja característica fundamental é desigualdade espacial na produção e distribuição da riqueza. O sucesso dos países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão remete à centralidade destas economias em relação às demais e ao acesso desigual aos recursos tecnológicos, econômicos e bélicos que fundamentam a ordem política internacional. E subjacente ao que se define como desenvolvimento está o questionamento da possibilidade de se replicar o modelo do Estado de bem estar social por meio de um sistema econômico que se reproduz a partir da divisão desigual no acesso aos recursos econômicos.

Em relação a esse questionamento, Arrighi (1997) evidencia que o modelo de desenvolvimento predominante remete ao desempenho econômico alcançado por países que estão na vanguarda capitalista, tradicionalmente percebidos no escopo das ciências sociais como centrais na dinâmica econômica e política internacional, notadamente os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental que lideram a União Europeia e o Japão. O fosso econômico entre tais nações e os demais Estados nacionais implica, para Arrighi, em uma condição praticamente intransponível, uma vez que a inovação tecnológica que caracteriza perenemente a modernidade capitalista é controlada de maneira exclusiva por aqueles que concentram não apenas a riqueza material, mas a própria produção de conhecimento, tecnologia e inovação, que de fato possibilitam o predomínio das economias capitalistas avançadas.

Arrighi retoma a reflexão de Marx acerca do impulso tecnológico e econômico pautado na inovação constante que atinge a composição das relações de produção e o próprio ordenamento das forças produtivas. Ingenuamente, Schumpeter (1982) atribuiu exclusivamente à inovação tecnológica a capacidade de romper a tendência à estagnação econômica do sistema capitalista, pois negligenciou, no afã de compreender os mecanismos que estimulam o crescimento econômico, a constituição das relações de produção e das forças produtivas relacionadas ao sistema econômico. Marx (2013), assertivamente, percebeu que o espectro ideológico tem papel preponderante na aplicação da inovação tecnológica, historicamente inserida e cujos efeitos correspondem a sua inserção na ordem social e política.

Deste modo, a produção do espaço capitalista é histórica e geograficamente localizada, com a respectiva concentração da riqueza no que tange as dimensões espacial, social e funcional. Harvey (2011) observa que a circulação do capital constitui o mecanismo principal de reprodução do capitalismo e sua ampliação corresponde aos desequilíbrios do sistema, especialmente as crises econômicas. Para Harvey a reprodução do capital decorre de uma ambiguidade intimamente relacionada ao caráter cíclico das crises econômicas no capitalismo. A expansão do capital depende de sua concentração espacial em determinada região ou país quanto à disponibilização dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos necessários à elevação da riqueza, o que potencialmente dificulta sua circulação e o aumento do consumo. Deste modo, os períodos de bonança econômica correspondem ao crescimento da riqueza e a elevação do consumo em

virtude da bem sucedida incorporação de mercados consumidores e trabalhadores submetidos à hierarquia espacial e funcional da atividade econômica, porém na medida em que cada ciclo atinge seus limites técnicos e econômicos advém a crise em função da redução da circulação do capital correspondente a obtenção do lucro almejado com o ciclo de produção e consumo.

As discussões promovidas por Marx, Arrighi e Harvey acerca das nuances do desenvolvimento capitalista indicam a superficialidade da oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Percebe-se que a adoção desta oposição redundava em uma interpretação marcada por uma perspectiva linear, vinculada a um empirismo incapaz de perceber que esses termos vinculam-se a uma dinâmica histórica que supera a mera distribuição dos recursos materiais. A adoção de um posicionamento que compreenda o desenvolvimento como um processo global permite situá-lo nos limites das contradições estruturais e históricas do próprio capitalismo. Atingir o que se considera o desenvolvimento implica transcender a miragem que o estágio de organização social e política que as economias centrais alcançaram. Não se trata de negar as efetivas conquistas que beneficiaram as populações dos países considerados desenvolvidos, ameaçadas nas últimas décadas com adoção do neoliberalismo por diversos Estados, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas de se contextualizar historicamente e socialmente essa conquista. Tal percepção é essencial para se construir formas de desenvolvimento não associadas à reprodução global das disparidades capitalistas, uma vez que o Estado de bem estar social pautava-se na concentração social, espacial e funcional da renda e da riqueza típica da divisão internacional do trabalho no pós-guerra.

O rompimento gradual com essa perspectiva, dado à extrapolação do pensamento acadêmico para a sociedade e a fatos como intensificação das estruturas comunicacionais e sociais em redes, diagnosticadas e analisadas por Castells (2000), tornou o termo subdesenvolvimento superado. O cenário contemporâneo caracteriza-se por uma maior fluidez das informações e dos processos de comunicação, tanto no que tange a comunicação interpessoal e no acesso ao lazer quanto no que concerne a difusão do conhecimento. É necessário reconhecer que em comparação ao período imediato do pós-guerra, quando se iniciaram os debates relativos ao desenvolvimento, ainda confundido com crescimento econômico, ocorreram avanços importantes, especialmente na problematização do desenvolvimento. Torna-se necessário mediar o avanço do debate acadêmico relativo ao

desenvolvimento em sua acepção global para o conjunto da sociedade e também direcionar as estruturas comunicacionais e em rede como vetores da implantação de processos de desenvolvimento que rompam com o modelo gerador de assimetrias espaciais e sociais que caracteriza o capitalismo.

Apesar das limitações inerentes ao contexto histórico de elaboração de sua obra, Schramm percebeu que a variável que incide diretamente sobre o desenvolvimento é a industrialização. A reprodução espacial e histórica das assimetrias relativas ao capitalismo vincula-se ao processo de industrialização, cuja pujança, por sua vez, depende da liderança no que concerne aos processos de inovação necessários ao rompimento da tendência a estagnação econômica que o processo de acumulação capitalista possui. A distinção aplicável universalmente quanto à forma de efetivação daquilo que se entende por desenvolvimento, conforme Schramm (1970), não é racial, geográfica ou temporal, e sim está diretamente ligada ao processo de industrialização. Tal afirmação torna necessária a compreensão de como se delimitaram, na segunda metade do século XX, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, necessários para permitir uma melhor leitura sobre os efeitos da industrialização em determinada região. Perroux (1981) esclarece que crescimento é o aumento de uma unidade, mensurada geralmente em escala país, e medido pelo produto nacional bruto em referência ao número de habitantes. Tal equação não revela os efeitos do setor produtivo no país ou qualquer outra escala regional, pois um país pode ter um representativo aumento do Produto Interno Bruto sem que haja melhorias nos indicadores sociais, diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida. Sen (2000) corrobora tal perspectiva ao relacionar desenvolvimento com liberdade do indivíduo, e para que este esteja apto ao exercício da liberdade, deve ter as condições socioeconômicas equacionadas.

Para Amartya Sen (1999), desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um

capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade. (VIEIRA & SANTOS, 2012, p. 349)

Schramm, no entanto, expressa a representatividade da questão social, que compõe os objetivos do desenvolvimento atualmente. "Se quisermos promover o desenvolvimento econômico, deverá haver uma transformação social, e, para que isso ocorra, devemos mobilizar os recursos humanos, e os problemas difíceis de ordem humana deverão ser resolvidos" (SCHRAMM, 1970, p.32). Ora, a sociedade se organiza mediante o uso do instrumental e da carga ideológica inerente aos processos de comunicação. Se houve mudanças representativas nos recursos e fluxos comunicacionais, isso vai incidir diretamente na maneira como a sociedade se organiza.

A partir desse cenário conceitual, parte-se para a discussão sobre as relações entre Comunicação e Desenvolvimento.

O papel da informação no desenvolvimento

Schramm (1970) utiliza o termo informação para estabelecer seus argumentos. Apesar de o acesso à informação não garantir que o processo de comunicação seja eficaz, é fato que a disponibilização de informação para a sociedade é elemento fundamental em sociedades democráticas, estas consideradas por Sen (2000) como contexto necessário para o desenvolvimento.

Com a reformulação do conceito de desenvolvimento no final do século 20, uma vez que conceitos estão sujeitos à historicidade, a relação entre cultura e desenvolvimento se delineia de maneira mais explícita em distintas escolas de pensamento, das quais se destaca a abordagem sobre capital social, referencial teórico considerado nesta pesquisa. A premissa dessa concepção baseia-se na existência de redes de relações formais e informais que, pautadas na cooperação e reciprocidade, são elementos de fomento ao desenvolvimento. Os estudos

contemporâneos sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento regional. (CARNIELLO & SANTOS, p. 171, 2011)

Os fluxos de comunicação não se realizam de modo abstrato, pois estão vinculados aos processos sociais que os definem. Deste modo, o acesso à informação é um critério importante para se definir como ocorre o processo de desenvolvimento de uma sociedade e sob quais características esse processo se assenta. A comunicação é uma variável fundamental para se investigar se o desenvolvimento em uma conjuntura regional ou nacional supera o espectro econômico e abrange aspectos relacionados às demais variáveis que caracterizam o desenvolvimento global. Para se investigar o desenvolvimento é necessário situá-lo de modo permanente na conjuntura da dinâmica capitalista para se entender as características de sua consecução em um determinado momento histórico e espacialidade. Essa atenção é fundamental se observar se as políticas públicas relacionadas à efetivação do desenvolvimento correlacionam-se a medidas contrárias a tendência de reprodução da desigualdade presente no capitalismo ou se de fato a combatem.

A nova configuração midiática acrescenta elementos ao processo de comunicação, não previstos por Schramm e que, portanto, constituem uma importante oportunidade para se refletir acerca do papel das novas formas de comunicação quanto ao entendimento do desenvolvimento e das contradições históricas, sociais e espaciais que permeiam sua efetivação. Com a difusão do sistema de comunicação digital em rede - Internet - um dos aspectos que adquire evidência é a acessibilidade à informação. A característica da rede é que seus usuários, potencialmente podem divulgar e acessar informações e participar de grupos formais e informais por meio da ferramenta comunicacional, caracterizando o que foi denominado por Castells (2000) de sociedade em rede, ou também chamada de sociedade da informação.

Alguns efeitos podem ser discutidos a partir dessa nova configuração midiática, que supera a sociedade de massa vivenciada e observada por Schramm. Serão destacados os seguintes efeitos ou aspectos: a exposição da regionalidade; a funcionalidade do acesso à informação para tomada de decisão; a potencial aproximação da sociedade com o governo por meio do acesso à informação; e a formação de espaços de diálogos públicos da sociedade nas mídias

sociais. Tais aspectos não são únicos nem excluem outras possibilidades de relações entre comunicação e desenvolvimento, mas são opções que são discutidas nesse ensaio devido sua representatividade nos processos de desenvolvimento.

Quanto à exposição da regionalidade, em um contexto de globalização também dos processos comunicacionais, ou de mundialização, conforme aponta Augée (1994), ao mesmo tempo em que processos econômicos e financeiros ganham dimensões globais, as regiões tornam-se mais visíveis para o mundo, exatamente pelo fato de as informações de cada localidade do planeta estarem acessíveis a todos. O mundo está inteiro mapeado, mensurado e explicitado (mas não necessariamente analisado). Além disso, uma localidade tem um potencial de projeção e divulgação de sua imagem ou características pelas mídias sociais digitais, se deparando com uma possibilidade inexistente em um contexto comunicacional anterior. A visibilidade potencial é um fator de grande relevância, viabilizado por meio dos meios de comunicação.

A facilidade de distribuição e, conseqüentemente, acesso à informação, é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento, sob diversas perspectivas. A primeira delas diz respeito à oferta de dados para tomada de decisão por parte de gestores públicos, para a função fiscalizatória da sociedade, bem como para o diagnóstico das regiões. Gerar dados, ainda que com todos os limites inerentes aos indicadores sociais (GUIMARÃES; JANUZZI, 2005), é fundamental para a compreensão e diagnóstico das lacunas de uma localidade, região ou país, constituindo elemento fundamental para a gestão pública, nos processos decisórios e na elaboração de políticas públicas.

Essa disponibilização de informação cabe esclarecer, não necessariamente fomenta a participação da sociedade ou traz soluções imediatas, mas é um direito do cidadão e uma condição para o desenvolvimento, conforme afirma Sen (2000), ao relacionar o desenvolvimento aos ambientes políticos democráticos.

Observa-se o esforço de acadêmicos e setor público na busca de gerar informações, manifestadas por indicadores, que sejam capazes de aferir o desenvolvimento de regiões em suas várias dimensões. É o caso da iniciativa do governo de Sarkozy, França, ao formar e incumbir uma comissão para estabelecer discussão e diretrizes sobre o que deve ser aferido em uma região para avaliar

seu desenvolvimento (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2010).

Um terceiro aspecto que diz respeito à geração e disponibilização de informações à sociedade

[...] vê-se que a tecnologia da informação pode constituir-se em instrumento de apoio à administração pública, ao permitir o oferecimento de novos serviços aos cidadãos, ao oferecer condições para ampliação da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, ao melhorar a qualidade dos serviços prestados e ao permitir acesso à informação e à constituição de novos padrões de relacionamento com cidadãos e novos espaços para promoção da cidadania. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.197).

Mais do que a disponibilização de informação que instrumentalizam o cidadão para a função fiscalizatória, o que foi chamado por Schramm de função de vigilância da Comunicação, as mídias sociais digitais podem estreitar um possível diálogo entre sociedade e governo, o que converge com a função política também apontada pelo autor.

Destarte, nota-se uma vinculação entre os fundamentos da estrutura organizacional da comunicação contemporânea com os referenciais que pautam a democracia. A substituição de um modelo predominantemente unidimensional de comunicação, específico da comunicação de massa, que foi o modelo majoritário no período precedente à digitalização das mídias, por analogia se parece com modelos políticos fundados na concentração do poder no cume da hierarquia administrativa, com restrito envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios. Porém, em uma sociedade progressivamente assentada na cultura digital, o aspecto norteador é a acessibilidade aos meios de produção e distribuição de mensagens por parte de usuários comuns.

Esse cenário é absolutamente distinto do cenário anterior, no qual a produção e a distribuição dos conteúdos concentravam-se significativamente nas empresas de mídia.

A renovação do processo de produção, distribuição e consumo de informação e entretenimento a partir do ambiente digital tem impacto significativo nas experiências sociais. As novas possibilidades que emergem deste contexto não podem ser ignoradas quanto ao surgimento de possibilidades inéditas para a articulação da participação política capaz de pautar gestões municipais mais democráticas. Esse cenário impacta consideravelmente na gestão das cidades. (SANTOS, CARNIELLO & OLIVEIRA, p. 170-171, 2013)

Tal função política encontra dois obstáculos potenciais. O primeiro diz respeito à própria alienação da sociedade dos processos participativos. O não empoderamento dos espaços e canais de participação política dificulta a democratização do desenvolvimento e os meios de comunicação, especialmente os digitais constituem meios de empoderamento, mas somente o serão mediante a ação social.

E há a possibilidade constante e historicamente efetivada, de uso não democrático dos meios de comunicação, com o propósito de alienação política da população. Schramm não nega essa possibilidade, admitindo não apenas o potencial, mas os precedentes históricos que justificam essa percepção. Mais uma vez observa-se que os processos de comunicação e os meios de comunicação não estão descontextualizados do contexto político e histórico de sua inserção. Trata-se de perceber que há o potencial para contribuição com políticas relacionadas ao desenvolvimento em sua acepção mais global e não apenas econômica. Esse potencial é ampliado no cenário contemporâneo com a amplitude de acesso e debate que os meios de comunicação digital possibilitam. As barreiras relacionadas à efetivação deste potencial relacionam-se a própria desigualdade no acesso aos recursos de comunicação, especialmente os digitais. Cabe ao poder público, mas também a organizações civis e partidárias atuar no sentido de democratizar o acesso aos meios de comunicação, especialmente em um momento de facilitação do acesso a comunicação digital.

No ambiente midiático contemporâneo, apesar de os meios de comunicação de massa exercerem grande influência sobre a opinião pública e, no caso do Brasil, se organizarem em grandes conglomerados de mídia privados articulados com grupos políticos e religiosos, as mídias sociais digitais se apresentam como um espaço de discussão pública, uma espacialidade na qual os contrapontos e contradições da sociedade tornam-se visíveis, pois permitem tanto que a empresas de mídia estendam ampliem sua comunicação, mas permitem também que grupos da sociedade, mais ou menos organizados e/ou institucionalizados, apresentem suas manifestações, configurando-se potencialmente como, no mínimo, grupos de pressão. Partindo da informação que "todo estágio da sociedade possui seu estágio próprio de comunicação" (SCHRAMM, 1970, p.74), cabe destacar que no estágio atual da comunicação midiática o cidadão, de maneira formalizada ou não, possui voz ampliada pela mídia.

Além das funções da comunicação de vigilância e política apontadas por Schramm (1970), o autor destaca, também, a função educacional da comunicação mediada. Referindo-se à função educacional, várias leituras são possíveis, mas optou-se por destacar as possibilidades viabilizadas pela educação à distância, cujas possibilidades, se dúvida, foram ampliadas pela tecnologia digital. Entende-se que o acesso à educação seja primordial para o desenvolvimento, pensamento validado por Sen (2000) ao elencar a educação como uma liberdade instrumental do cidadão, que o torna apto para o exercício da cidadania e, portanto, conduzindo a uma sociedade mais desenvolvida.

Foram sistematizadas algumas perspectivas atuais a partir das funções da comunicação apontadas por Schramm, que indicam a representatividade da geração de informações e dos fluxos de informação para disseminar essas informações para os processos de desenvolvimento. Para Schramm (1970), a quantidade de informação disponível e a amplitude de sua distribuição constituem fatores-chave do desenvolvimento.

Quando Schramm refletiu sobre o fluxo de informações no mundo, a realidade se referia a um sistema midiático pautado na comunicação de massa. O fluxo de notícias foi aspecto destacado pelo autor. "Quando uma sociedade começa a se modernizar, um dos primeiros sinais do desenvolvimento é a dilatação dos canais de comunicação" (SCHRAMM, 1970, p.129).

No contexto da comunicação digital, os fluxos de informação se intensificam e passam a operar sob a perspectiva de rede. Em relação

à dilatação dos canais de comunicação, apesar de haver ainda controvérsias sobre o sistema de regulação das telecomunicações no Brasil, principalmente no que tange às concessões e aos grandes conglomerados de mídia, é inegável que alguns avanços gradativos tem ocorrido. A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2012) representa um desses avanços. Ainda que seja difícil mensurar seus resultados, o marco legal é fundamental por ser o balizador para as reivindicações e pressões da sociedade pelo direito de se manter informada, condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Considerações finais

O ensaio, a partir de uma reflexão sobre a relação entre Comunicação e Desenvolvimento, localizada em um contexto midiático fundamentado na comunicação digital, remete a uma discussão epistemológica, fundamental para delimitar os paradigmas dos estudos sobre desenvolvimento.

Seria ingênuo recortar o objeto demasiadamente, sem antes pontuar as explícitas relações, e também contradições, entre a formação do conceito de desenvolvimento em um sistema capitalista. Tal caminho, escolhido nesse texto, visa superar, ou reflexionar, sobre o conjunto de estudos produzidos, em sua maioria metodologicamente suportados por estudos de caso. Tais estudos são fundamentais para a caracterização e formação de um acervo sobre estudos regionais que, em sua totalidade, permitem a análise e constituem-se base para obras que sistematizem os casos estudados, originando obras de síntese, tal qual o livro de Schramm, gênese desse ensaio.

Elaborada essa necessária exposição da historicidade à qual está sujeita a concepção conceitual de desenvolvimento, pontuaram-se algumas possíveis interfaces entre Comunicação e Desenvolvimento. Observa-se que o sistema midiático contemporânea, tal qual estruturado, é indissociável do modelo capitalista, visto que é elemento fundamental para as relações de consumo, bem como é indissociável do regime político, visto que a mídia exerce inegável influência sobre a opinião pública e a também é veículo da comunicação governamental. As funções da Comunicação apontadas por Schramm - vigilância, política e educação, continuam válidas na sociedade em rede, no entanto ganham novas dimensões e possibilidades, amplificadas pelo potencial das ferramentas midiáticas. Esse foi o cerne da discussão apresentada nesse ensaio, partindo da premissa que atualizar e conduzir estudos que contemplem a relação entre Comunicação e

Desenvolvimento é tarefa essencial que compete ao domínio acadêmico.

Referências

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/11**. 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm> Acesso em: 21 out. 2012.

CARNIELLO, M. F. & SANTOS, M. J. **Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP**. Revista Desenvolvimento em Questão, ano 9 • n. 18 • jul./dez. • 2011 p. 169-195.

CUNHA, Maria Alexandra. DUARTE, Fábio. FREY, Klaus. (Org.). **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

DALLABRIDA, V.R. **Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema**. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/432>> Acesso em: 28 maio 2013.

DINES, A. Prefácio. In: SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

GUIMARÃES, J. R.S.; JANUZZI, P de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 7 , N. 1, maio 2 0 0 5 Disponível em: <http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_li_mites.pdf> Acesso em: 15 jun 2009

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. & OLIVEIRA, E. A. A. Q. O. **Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação**. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 1 (1), P. 167-184, 2013.

SANTOS, M. J. & CARNIELLO, M. F. **Por uma história do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 01 nov. 2011.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, J.E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Mis-measuring our lives**. New York, USA: The New Press, 2010.

VIEIRA, E. T. & SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> > Acesso em 01 set. 2012.